

# sobre tudo

## CONSTRUIR UMA ESCOLA CIDADÃ POR MEIO DO PROJETO NÓS PROPOMOS!: UM DESAFIO NO ESPAÇO IBEROAMERICANO

Sérgio Claudino<sup>7</sup>

**Resumo:** O Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica foi implementado fora de Portugal, pela primeira vez, no Colégio de Aplicação da UFSC, em 2014. O Projeto tem uma assumida inspiração construtivista e é marcado pela simplicidade curricular e pela flexibilidade. Desafia os mais jovens a identificarem problemas locais, a realizarem trabalho de campo sobre os mesmos e a apresentarem propostas de solução, numa parceria entre a universidade, as escolas e as autarquias. O Projeto tem registado uma assinalável expansão em Portugal e alarga-se hoje a sete países. A experiência portuguesa demonstra a importância da parceria com os municípios. O Projeto tem evidenciado que a escola e a educação geográfica, em particular, são capazes de se renovarem, desde logo pela introdução da escala local como espaço privilegiado de formação cidadã.

---

<sup>7</sup> Professor do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, em Portugal.

**Palavras-chave:** Cidadania territorial; Governança; Estudo de caso; Alunos; Municípios.

## 1. Educação para a cidadania e governança

O Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC foi a primeira instituição a implementar o Projeto Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica fora de Portugal. O Projeto surgiu em 2011/12, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa/IGOT-ULisboa. Foi implementado em sete países e, no Brasil, tem uma presença particularmente forte. Neste texto, ao abordarmos a gênese, os objetivos e a metodologia do Projeto Nós Propomos!, estamos a homenagear os seus impulsionadores na UFSC e a esta universidade, no seu conjunto<sup>8</sup>.

O Projeto Nós Propomos! assume que a escola tem um papel decisivo na formação cidadão dos mais jovens, que há uma responsabilidade particular das ciências sociais e da educação geográfica nessa formação e, por fim, que o saber escolar é/pode ser um saber socialmente útil (SOUTO, CLAUDINO, 2019).

Perante o enfraquecimento do papel da família na socialização primária, escola é cada vez mais chamada a participar da socialização dos jovens (Tedesco, 1998) e, nessa medida, a responder às solicitações da formação cidadã. Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo/LBSE, logo na sua versão original<sup>9</sup>, apontava para a formação

---

<sup>8</sup> O Projeto Nós Propomos! foi dinamizado no Colégio de Aplicação da UFSC, pela primeira vez, pela Professora Doutora Sandra Mendonça, que antes realizara o seu estágio de doutoramento no IGOT-ULisboa, em 2011. Presentemente, é coordenado pelo Professor Mestre Márcio Marchi, igualmente docente do mesmo Colégio.

<sup>9</sup> Lei 46/86, de 14 de outubro de 1986.

de cidadãos autónomos e solidários, precisando-se, para o Ensino Básico (no Brasil, Ensino Fundamental), que estes devem ser intervenientes na vida comunitária e nas instituições. No Ensino Secundário (Ensino Médio, no Brasil), surgem mais diluídas as referências à educação cidadã, embora se aluda à formação de jovens interessados na resolução de problemas do país e se refira, ainda, a função interventora da escola na comunidade<sup>10</sup>. Mais recentemente, o governo português assumiu uma “Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania”, que “visa o desenvolvimento de competências para uma cultura de democracia e aprendizagens com impacto na atitude cívica individual, no relacionamento interpessoal e no relacionamento social e intercultural”.

Na disciplina de Geografia do Ensino Básico/Fundamental, em 2001, repetiam-se as referências à cidadania, embora as Metas Curriculares, implementadas a partir de 2013, a ignorem (NUNES, ALMEIDA, NOLASCO, 2013). No programa de Geografia A, do Ensino Secundário/Médio, a promoção da educação para a cidadania surgia como a grande finalidade da disciplina (ALVES, BRAZÃO, MARTINS, 2002, p. 57). Na realidade, a educação geográfica deve conduzir-nos para um conhecimento aplicado (MÉRENNE-SCHOUMAKER, 1985) e socialmente útil (SOUTO, 1998) – existindo uma relação “muito estreita e útil” entre educação geográfica e educação para a cidadania (ARAYA PALACIOS, ÁLVAREZ BARAHONA, 2019, p. 3). Em educação, associamos diretamente cidadania a ação (MORENO, 2013) e intervenção, como sucede na Declaração de Lucerna sobre Educação Geográfica para o Desenvolvimento Sustentável (Lucerne Declaration, 2007).

O desafio educativo da educação para a cidadania cruza-se com o apelo, cada vez mais forte, à participação das populações nas tomadas de decisão públicas, na mudança de paradigma do *governo* para o de

---

<sup>10</sup> Alíneas d) e e) do Artigo 9º.

*governança*. Desvaloriza-se a atuação do estado moderno em favor de uma maior proximidade dos cidadãos, com mobilização de atores locais e regionais – sem prejuízo de uma dimensão multinível, em que participam decisores nacionais e, no caso português, a União Europeia (FERRÃO, TULUMELLO, BINA, 2015). Contudo, não só os mais jovens são esquecidos deste apelo público (DELICADO et. al, 2015), como se assiste a uma sistemática desvalorização ou omissão do contributo da escola e da própria educação geográfica para a uma governança inclusiva (CLAUDINO, 2015).

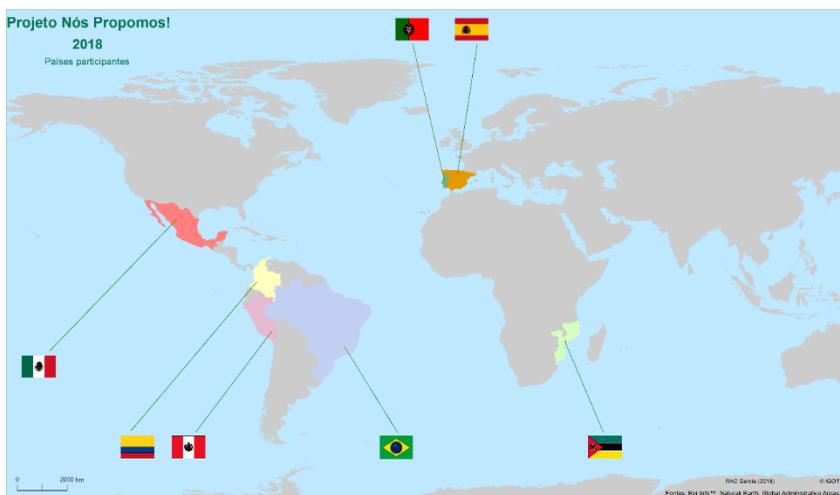
É neste contexto que surge o Projeto Nós Propomos!, que aqui abordaremos mais em detalhe, centrados na experiência portuguesa.

## **2. O desafio original do Estudo de Caso**

O Projeto "Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica" encontra-se difundido por todo o território português, também nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Como já se referiu, em 2014 foi implementado pelo Colégio de Aplicação da UFSC e, desde 2018, encontra-se difundido por sete países: para além de Portugal e Brasil, Espanha, Moçambique, Peru, Colômbia e México, havendo a expectativa de se difundir por outros países. Em Portugal, conta com o apoio da Direção-Geral de Educação/Ministério da Educação e, em 2016, integrou o Ano Internacional do Entendimento Global.

A criação do Projeto decorreu diretamente do desafio educativo colocado no âmbito da disciplina de Geografia A, do Ensino Secundário/Médio, cujo programa foi implementado a partir de 2004/05. Com o mesmo, tornou-se obrigatória a realização de um Estudo de Caso: um trabalho de índole mais prática e muito direcionado para a escala regional/local e para que se preconiza a metodologia de trabalho de projeto. Ele é apresentado como “uma oportunidade

efetiva de introduzir o conhecimento da realidade no trabalho em Geografia” e concretizava-se que os alunos deveriam Analisar criticamente problemas que afetam a região onde vive, refletindo sobre soluções possíveis para os problemas detetados” (ALVES, BRAZÃO, MARTINS, 2002, p. 57). De uma forma mais diluída, ele encontra-se presente no atual texto curricular das *Aprendizagens Essenciais* (REPÚBLICA PORTUGUESA, 2018).



**Figura 1:** Países participantes no Projeto Nós Propomos! (Fonte: Ricardo Garcia, IGOT-ULisboa)

Na realidade, o Estudo de Caso não é habitualmente implementado nas escolas portuguesas. Embora previsto para o 11º ano (17/18 anos), o Ministério da Educação não o contemplava nos exames nacionais. Acreditávamos que a constituição de uma rede solidária e animada a partir da Universidade de Lisboa poderia dinamizar a sua implementação. Assim, em 2011/12 foi lançado o Projeto *Nós Propomos! Cidadania e Inovação na Educação Geográfica*.

Ele dirige-se privilegiadamente a alunos de Geografia do 11º ano (16/17 anos), mas tem sido progressivamente mobilizado e adaptado a

alunos de outros níveis, como alunos do Ensino Básico, do Ensino Profissional, a universidades seniores e, mais recentemente, no município de Cascais, a estudantes de estabelecimentos prisionais e a alunos com deficiências físicas.

O Projeto foi lançado no âmbito da disciplina de Geografia e tem sido privilegiadamente desenvolvido no âmbito da mesma. Na realidade, se a ciência geográfica estuda as sociedades nos territórios, a disciplina de Geografia assume, através deste Projeto, o objetivo de promover a cidadania territorial<sup>11</sup> local (CLAUDINO, 2019). No entanto, o Projeto tem uma assumida vocação interdisciplinar e, por isso, em universidades e escolas brasileiras, para além de outros países, também de Portugal, conta com a participação de professores e alunos de outras áreas disciplinares.

### **3. Olhar criticamente e intervir na comunidade**

O Projeto Nós Propomos! assume-se como um projeto essencialmente prático, mas é enquadrado por um conjunto de princípios pedagógico-didáticos (adaptado de CLAUDINO, 2018):

---

<sup>11</sup> Preferimos este conceito de cidadania ao de cidadania espacial, inspirado em David Harvey (1973) e Edward Soja (2010) e adotado no ensino de Geografia por Miguel González e Donert (2014), por o território estar diretamente relacionado com a apropriação, transformação e identificação das comunidades com um espaço que habitam (MÉRENNE-SCHOUMAKER, 2002; CLAUDINO, 2014). O território está diretamente associado aos conflitos bélicos que atravessaram a Europa na primeira metade do século XIX sendo, também por isso, evitado em diversos países. Por outro lado, na pujante escola brasileira de educação geográfica (desde logo, pela forte presença curricular da Geografia nos currículos do ensino não superior e pelos muitos milhares de profissionais envolvidos), o espaço é entendido com o território apropriado, de poder, com rugosidades evidenciadas pelas comunidades que aí habitaram e habitam (CALLAI, 2011, p. 17) – ou seja, tem uma conceção próxima daquilo que optamos designar aqui por território.

1. Cidadania territorial – o Projeto promove uma cultura de intervenção cidadã no território. O seu principal *output*, mais do que as propostas concretas dos alunos, é mesmo a atitude olhar criticamente para a comunidade, na perspectiva de contribuir para a sua melhoria.
2. Simplicidade metodológica – o Projeto é muito simples, na sua metodologia. As suas fases essenciais são a identificação de problemas locais, a realização de trabalho de campo sobre os mesmos, a apresentação de propostas de intervenção.
3. Flexibilidade – Há os contextos específicos de cada escola e de cada universidade, o que se acentua com o alargar da rede iberoamericana. O Projeto respeita esta diversidade, salvaguardando que a identificação de problemas locais, pesquisa e apresentação de propostas de intervenção é sempre assumida.
4. Investigação - Esta é uma dimensão com uma relevância crescente, existindo já diversos textos sobre o projeto e teses em curso sobre o mesmo. A recolha de informação empírica e a reflexão sobre a mesmo é, neste domínio, fundamental. O I Congresso Iberoamericano, em Lisboa, em setembro de 2018, e o II Congresso Iberoamericano, de julho de 2020, no Rio de Janeiro, são também expressão do esforço desenvolvido neste sentido.
5. Construtivismo – Aposta-se na definição dos temas/problemas dos projetos pelos próprios alunos, de forma que os mesmos lhes sejam significativos - sem prejuízo do diálogo que há sempre com o professor.
6. Diálogo/horizontalidade – As universidades assumem, habitualmente, a coordenação do Projeto, havendo situações de escolas que avançam individualmente. Em qualquer caso, deve existir um diálogo estreito entre as universidades e as escolas de ensino não superior sobre o desenvolvimento do Projeto. Contudo, como se referirá adiante, o crescimento do Projeto tem estado associado a uma diminuição do diálogo entre a universidade e as escolas.

7. Parcerias – o Projeto valoriza, desde logo, as parcerias entre a universidade e as escolas, mas um terceiro pilar fundamental desta parceria é o poder local, desde logo o dos municípios.

Estes podem informar os alunos dos problemas locais e das orientações seguidas pelos municípios (frequentemente, temos sessões entre técnicos dos municípios e os alunos sobre o Plano Diretor Municipal). O envolvimento do poder local também constitui uma forma de sensibilizar os municípios para as propostas dos alunos. No final do ano letivo, são frequentes as sessões em que os alunos apresentam aos políticos locais e à população as suas propostas. O Projeto contempla ainda outras parcerias, como empresas, associações locais ou outras. Alguns municípios têm evidenciado um grande envolvimento no desenvolvimento do Projeto. Assim, em 17 de julho de 2019, numa parceria entre a Câmara Municipal de Cascais e o IGOT, foi criada a Rede Internacional de Municípios Nós Propomos!, materializando o referido envolvimento dos municípios no Projeto (Figura 2).

8. Valorização de diferentes competências – Desde logo, o Projeto desenvolve competências de pesquisa, tratamento de informação e discussão de ações concretas de intervenção. Mas com concursos como de fotografia ou vídeo, promovem-se ainda outro tipo de competências entre os alunos. Estes concursos não são centrais no Projeto Nós Propomos!, mas constituem já um património do mesmo.

9. Multidisciplinaridade – o Projeto surge em Geografia, mas enriquece-se com a colaboração com outras áreas disciplinares.

10. Divulgação – a divulgação das atividades do Projeto dá-lhe visibilidade e força. Além disso, mobiliza a própria sociedade civil para dar atenção às propostas dos alunos.

<b>10h00</b>	<b>Cerimónia de Abertura</b> Presidente da Câmara Municipal de Cascais - Carlos Carreiras
<b>10h15</b>	<b>Apresentação do Projeto Nós Propomos</b> Vereadora da Câmara Municipal de Cascais - Filipa Roseta Presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - José Manuel Simões
<b>10h45</b>	<b>ODS2030: Uma Nova Agenda para transformar o Mundo?</b> Vereadora da Câmara Municipal de Cascais - Joana Balsemão Membro do Conselho Consultivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) - Pedro Neves
<b>11h15</b>	Pausa para Café [Exposição ODS]
<b>11h45</b>	<b>Leitura e Assinatura da Carta de Compromisso</b>
<b>12h00</b>	<b>Constituição Formal da Rede Internacional de Municípios Nós Propomos</b>
<b>12h30</b>	<b>Encerramento</b>
<b>13h00</b>	<b>Almoço</b>
<b>14h30</b>	<b>Visita Cultural Acompanhada</b>
<b>18h30</b>	<b>Retorno a Cascais</b>



 Instituto de Geografia e Ordenamento do Território  
UNIVERSIDADE DE LISBOA


 Tudo começa nas pessoas

**Figura 2:** Programa da sessão de constituição formal da Rede de Municípios Nós Propomos!

Numa leitura global, acredita-se no contributo efetivo dos jovens para a construção de soluções viáveis para os problemas das suas comunidades e que este seu envolvimento constitui a melhor escola de formação cidadania; por outro lado, confia-se em que a simplicidade metodológica constitui a melhor arma para conseguir mobilizar um grupo alargado de escolas, desde logo aquelas de públicos aparentemente mais difíceis de mobilizar para experiências de inovação curricular – e que devem constituir, também por isso, alvos privilegiados do Projeto. Enfim, assumidos três princípios essenciais (identificação de problemas locais, realização de trabalho de campo, apresentação de propostas), o respeito pela diversidade de sistemas educativos e das especificidades das próprias escolas é central no desenvolvimento do Projeto.

#### 4. Um desenvolvimento faseado do Projeto

Em Portugal, até pela dimensão alcançada, o desenvolvimento do Projeto assume um conjunto de fases que passamos a discriminar e que é, necessariamente, diferente daquele observado noutros países e universidades – mas que, inevitavelmente, acaba por os inspirar.

Em cada ano, o relançamento do Projeto é divulgado no site do IGOT. As inscrições iniciam-se em meados de julho e prolongam-se até ao final do mês de setembro – e, com frequência, para além dessas datas. Realizada a Inscrição de cada Escola, o desenvolvimento do Projeto compreende habitualmente as seguintes fases:

a) Envio às escolas dos principais documentos orientadores, como o Regulamento do Projeto. Na realidade, nos primeiros anos, o Regulamento era discutido com as Escolas. Com o crescimento do Projeto, acabou por se perder esta proximidade e o Regulamento é logo enviado, também como guião do desenvolvimento do Projeto.

b) Inscrição dos alunos no sítio do Projeto e do Facebook

Cada aluno deve inscrever-se no sítio do Projeto ([www.nospropomos.igot.ul.pt](http://www.nospropomos.igot.ul.pt)). Desde logo, é uma forma de promover a identificação com o Projeto *Nós Propomos!*, mas possibilita igualmente a comunicação entre a coordenação nacional do mesmo e os alunos. Alerta-se ainda para a existência de locais do Projeto nas redes sociais.

b) Identificação dos problemas locais pelos alunos

Desde logo, esta identificação é realizada através do diálogo na sala de aula. Por outro lado, os professores podem realizar itinerários com os alunos na área da escola, a fim de estes olharem, de forma mais atenta, sobre os problemas locais. Uma outra forma de sensibilização para os problemas locais consiste na resposta a um inquérito, construído a partir de pré-inquéritos respondidos por alunos de diversas escolas participantes.

Tipicamente, entre os problemas abordados, encontram-se a reabilitação de edifícios abandonados nos centros urbanos; o arranjo de uma rua, sem asfalto, sem esgotos; a criação de bebedouros públicos de água no centro das localidades; a ocupação de um terreno abandonado num centro urbano, frequentemente como espaço de lazer e desporto; a criação de itinerários turísticos, valorizando o património dos centros urbanos; a criação de museus virtuais sobre o património arquitetónico e ambiental locais; a melhoria das vias de comunicação e dos transportes públicos, etc.

#### c) Formação de grupos e definição do tema do Projeto

Apesar de serem atividades diferentes, a formação de grupos e a definição do respetivo tema acabam por decorrer mais ou menos em simultâneo. Cada grupo tem, em geral, 4/5 alunos. Frequentemente, os alunos, começam por definir problemas muito abrangentes. Temos sugerido, crescentemente, que abordem problema bem delimitados, para que as propostas sejam muito concretas.

#### d) Sessão da equipe de coordenação com os alunos nas escolas (opcional)

O trabalho com as escolas, os professores e os alunos, é fundamental. Este assume uma grande diversidade de formas. Em Portugal, esforçamo-nos por ir a cada uma das escolas do Projeto (o que vai sendo cada vez mais difícil concretizar), a fim de dialogar com professores e alunos sobre os objetivos do Projeto e os projetos que irão ou vão ser desenvolvidos.

#### e) Sessões de trabalho sobre o Plano Diretor Municipal

Sempre que possível, técnicos das autarquias reúnem com alunos e professores e partilham as principais preocupações do Plano Diretor Municipal, que ajudam a enquadrar os problemas que os alunos estão a pesquisar. Esta constitui também uma forma de aproximar os alunos do poder local e, não menos importante, de sensibilizar o poder local para o trabalho que está a ser desenvolvido pelas escolas. Há autarquias

que abraçaram diretamente o Projeto como desafio de cidadania e o apoiam em diversas escolas, como já foi referido, tanto em Portugal como noutros países.

#### f) Realização de Trabalho de campo

O núcleo do Projeto reside no trabalho de campo. Os alunos vêm para a rua, fotografam os espaços ou equipamentos sobre que querem atuar e escutam as populações, em pequenos inquéritos ou entrevistas. Quando os alunos identificam um problema, muitas vezes constroem/idealizam propostas de solução para o mesmo. Valoriza-se as suas opiniões, mas pretende-se que escutem a população sobre estes problemas e sobre as suas próprias propostas, sublinhando-se o facto de a recolha destas opiniões dar mais solidez e credibilidade às suas propostas. Assim, os alunos realizam fotografias, inquéritos à população e entrevistas a comerciantes, autarcas ou outros atores locais. O facto de os alunos se dirigirem à população, a fim de recolher a sua opinião sobre um problema, constitui, também, uma forma de sensibilização da população para esse mesmo problema.

#### g) Elaboração das propostas pelos alunos

As propostas são apresentadas por duas formas: um recurso multimídia, geralmente um *Powerpoint*® (mas tem-se utilizado também o *Prezi*® e vídeos, estes com carácter complementar). Tem sido cada vez mais solicitada a elaboração de cartazes com as propostas dos alunos, pela visibilidade acrescida que dá às propostas dos alunos – mas esta é uma opção. A apresentação de cada proposta ou projeto dos alunos começa pela identificação dos seus autores, o logótipo do *Projeto Nós Propomos!* e das instituições que o promovem, bem como da escola e da autarquia.

#### h) Autoavaliação intermédia

Esta é uma fase claramente opcional. Em Portugal, onde há muitas escolas, em meados do ano letivo, em que já se encontram numa fase avançada da concretização do seu projeto de grupo, os alunos

respondem a um questionário *online*, no sítio do *Projeto Nós Propomos!*, onde identificam as tarefas que já realizaram e aquelas que lhes falta realizar, bem como as dificuldades que estão a sentir. Este exercício vale, sobretudo, como atividade de autoavaliação, em que o grupo faz o seu próprio balanço do desenvolvimento do projeto. A coordenação responde a cada uma destas autoavaliação, geralmente elogiando o trabalho já desenvolvido e dando, nalguns casos, sugestões sobre a forma de superar problemas identificados pelos alunos (como contatos sem sucesso com autarquias) e tarefas a realizar futuramente (geralmente, relacionadas com a auscultação da população).

i) Participação em concursos de fotografia, vídeo, texto, desenho e *spot* publicitário

Ao longo dos anos, como se referiu, foram surgindo fotografias, textos, desenhos e filmes de vídeo de grande interesse e habitualmente pouco valorizados. A partir destas produções, surgiu a ideia de estimular e distinguir estas produções a partir de concursos nacionais no âmbito do Projeto. Estes concursos não constituem o cerne do Projeto, mas mobilizam alunos de diferentes perfis e enriquecem-no. Neste momento, em Portugal, há concursos de fotografia, vídeo, texto, desenho e *spot* publicitário. O júri destes concursos é constituído, na sua quase totalidade, por alunos do IGOT e constituem, também, uma forma de mobilizar os mesmos para o Projeto.



Figura 2 – 1º prémio do concurso nacional de fotografia 2018/19 (“Dualidades”, Cláudia Antunes, Escola Secundária de Amares).

j) Divulgação das propostas dos alunos

- em Seminário, na universidade

Em Portugal, há um Seminário Nacional que se realiza na Universidade de Lisboa. Este Seminário final é muito importante. Soleniza-se a conclusão dos trabalhos, em ambiente de partilha e de valorização do contributo de cada um.

Em Portugal, os alunos apresentam as suas propostas da parte da manhã, para o que dispõem de 10 minutos, numa sala com colegas de outras escolas – no que constitui uma experiência marcante, do ponto de vista pessoal. Da parte da tarde, realiza-se a sessão plenária, onde responsáveis académicos e autarcas realizam intervenções e são atribuídas distinções e prémios aos alunos – sempre sublinhando que o objetivo do Projeto não é a disputa entre os alunos.



Figura 3 – Seminário Nacional do Projeto Nós Propomos!, Reitoria da Universidade de Lisboa (29 de abril de 2019). Participaram cerca de 1300 alunos e professores.

- na comunidade local

Em Portugal, a divulgação das propostas prolonga-se pelas escolas, assembleias de jovens e junto do poder local – na realidade, os problemas estudados pelos alunos têm uma dimensão local. Existindo propostas diretamente implementadas pelo poder local, geralmente com adaptações, a influência da divulgação das propostas dos alunos é muito superior à que é imediatamente perceptível. Há múltiplas evidências de problemas que têm sido abordados por terem sido colocadas em discussão pública pelos alunos do Projeto Nós Propomos! No Colégio de Aplicação da UFSC tem havido uma preocupação muito vincada com a partilha das propostas dos alunos com a comunidade. Assim, nos últimos anos, os alunos têm-se deslocado à Câmara Municipal de Florianópolis, onde têm apresentado as suas propostas a políticos locais.



Figura 4 – Alunos do Colégio de Aplicação apresentam as suas propostas na Câmara Municipal de Florianópolis, em 18 de novembro de 2019 (Fotografia de Márcio Marchi)

#### I) Avaliação do Projeto

No final do ano letivo, é lançado um inquérito de avaliação, a alunos e professores, de resposta anônima. Os alunos queixam-se, sobretudo, da falta de tempo e, por vezes, da falta de colaboração das suas autarquias, das pessoas a quem se dirigem e pedem opinião – é uma outra aprendizagem que estão a fazer. A questão dos prêmios tem sido sempre levantada (é uma questão sempre delicada). Os professores têm uma opinião geralmente muito positiva. O balanço global é geralmente positivo ou muito positivo.

Na sua fase inicial, o Projeto tinha um faseamento mais simples. Assim, por exemplo, não havia avaliação intermédia, que surge na sequência da necessidade de acompanhar de foram mais próxima uma rede alargada de escolas. Naturalmente, há muito trabalho a desenvolver, designadamente no âmbito da partilha das propostas dos alunos junto da comunidade.

## 5. Formar melhores cidadãos

Não é verdade que a generalidade dos alunos e professores adiram espontaneamente ao desafio colocado pelo Projeto Nós Propomos! – este supõe uma ruptura das práticas escolares tradicionais (MENEZES, 2016). Contudo, cerca de 12.000 já participaram no Projeto em Portugal, produzindo cerca de 2.000 projetos, e têm surpreendido pelo seu envolvimento e criatividade, num trabalho que tem merecido reconhecimento internacional, também em fóruns científicos, e se encontra ele próprio em prática noutras latitudes.

A grande mensagem do projeto é, precisamente, a de que é possível sair da escola, realizar trabalho de campo e apresentar propostas úteis à comunidade – e, através das mesmas, educar para a cidadania. O sucesso deste projeto une-nos no objetivo comum de construirmos uma escola comprometida com as aspirações dos alunos e da sociedade e, por esta forma, comprometida com a formação de melhores cidadãos.

### Referências

- ALVES, M. L.; BRAZÃO, M.; MARTINS, O. S. **Programa de Geografia A**. Lisboa: Ministério da Educação, 2001.
- ARAYA PALACIOS, F.; ÁLVAREZ BARAHONA, S. Desarrollo del pensamiento geográfico y formación ciudadana: una mirada desde el espacio vivido. **Revista Signos Geográficos**, Vol. 1, 18 p., 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59376>
- CALLAI, H. C. Apresentação. In H. C. Callai (org.) **Educação geográfica: reflexão e prática** (pp. 15-33). Ijuí: Editora UNIJUI, 2011
- CLAUDINO, S. Escola, Educação Geográfica e Cidadania Territorial. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**,

494(09), 1-10, 2014 <http://www.ub.edu/geocrit//sn/sn-496/496-09.pdf>

CLAUDINO, S. Construir un curriculum con las personas, los derechos y los lugares olvidados. Retos para las Ciencias Sociales en el siglo XXI. In: A. M. Hernández Carretero, Carmen R. García Ruíz, J. L. de la Montaña Conchiña (eds.). **Una enseñanza de las Ciencias Sociales para el futuro: recursos para trabajar la invisibilidad de personas, lugares y temáticas** (pp. 49-65). Universidad de Extremadura/Asociación Universitaria del Profesorado de Didáctica de las Ciencias Sociales, Cáceres, 2015. Acedido em 1 de dezembro, 2015, de <http://didactica-ciencias-sociales.org/wp-content/uploads/2013/07/2015-caceresR.pdf>

CLAUDINO, S. Educação Geográfica, Trabalho de Campo e Cidadania. O Projeto Nós Propomos! In: VEIGA, Feliciano H. (coord.) **O ensino na escola de hoje: teoria, investigação e aplicação**. Lisboa: Climepsi Editores p. 265-303, 2018.

CLAUDINO, S. Project We Propose! building territorial citizenship from school. In: PINEDA-AFONSO, José A.; ALBA-FERNANDEZ, Nicolas de; NAVARRO-MEDINA, Elisa. **Handbook of Research on Education for Participative Citizenship and Global Prosperity**. Hershey: IGI Global, p. 350-382, 2019

DELICADO, A. et al. As catástrofes ilustradas pelas crianças uma abordagem exploratória. In J. Ferrão, Ana Horta (eds.) **Ambiente, território e sociedade: novas agendas de investigação** (pp. 117-131). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2015.

FERRÃO, J.; TULUMELLO, S.; BINA, O. Governança territorial democrática: tensões e potencialidades. In: FERRÃO, J.; HORTA, A. (eds.), **Ambiente, território e sociedade: novas agendas de investigação** (pp. 149-155). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2015.

GONZÁLEZ, R.; DONERT, K. Introduction. In: GONZÁLEZ, R. M.; DONERT, K. (eds.), **Innovative learning geography in Europe: new challenges for**

the 21st century (pp. 1-5). Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

HARVEY, D. **Social justice and the city**. Athens: University of Georgia Press, 1973.

**LUCERNE Declaration on Geographical Education for Sustainable Development**. International Geographical Union Commission on Geographical Education, Lucerne, 2007-07-31.

MENEZES, Victória Sabbado. **Geografia escolar: as concepções teóricas e a epistemologia da prática do professor de Geografia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 201 f., 2016.

MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. Savoir. Penser L' Espace. **L'information géographique**, 49, 151-160, 1985.

MERENNE-SCHOUMAKER, B. **Analyser les territoires: savoirs et outils**. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2002.

MORENO, O. **Educación ambiental y educación para la ciudadanía desde una perspectiva planetaria: estudio de experiencias educativas en Andalucía**. Tesis doctoral. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide, 2013.

NUNES, A. N.; ALMEIDA, A. C.; NOLASCO, C. C. **Metas curriculares. 3.º ciclo do Ensino Básico (7º e 8º anos): Geografia**. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência, 2013.

REPÚBLICA PORTUGUESA (2018). **Aprendizagens essenciais**. Lisboa: República Portuguesa (pol.)

SOJA, E. W. **Seeking spatial justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press., 2010.

SOUTO, X. M. **Didáctica de la Geografía: problemas sociales y conocimiento del medio**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1998.

SOUTO, X. M.; CLAUDINO, S. **Construimos uma Educação Geográfica para a Cidadania Participativa. O caso do Projeto Nós Propomos! Revista**

**Signos Geográficos**, Vol. 1, 16 p., 2019. Disponível em:  
<https://www.revistas.ufg.br/signos/article/view/59171>

TEDESCO, J. C. (1998). **The new educational pact**: education, competitiveness and citizenship in modern society. Paris: UNESCO.